



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como reforçar a segurança rodoviária e as garantias profissionais dos trabalhadores de entrega de comida

Há dias, ocorreu um acidente de viação mortal na Rotunda do Istmo, no COTAI, em que um motociclo de entrega de comida colidiu com um autocarro turístico e o motociclista sofreu graves lesões no cérebro, tendo sido transportado para o hospital e, posteriormente, a sua morte foi confirmada. Lamento o sucedido e espero que o Governo e a empresa onde o motorista trabalhava prestem apoio adequado e atempado aos familiares do morto. Entendo que um só caso de acidente de viação grave já é demais, por isso, as autoridades têm de proceder à avaliação da dimensão do número de trabalhadores de entrega de comida no activo e das suas garantias. Proponho, assim, a criação de um “regime de registo dos trabalhadores de entrega de comida”, para, através de uma gestão uniformizada, disponibilizar formação de segurança ocupacional e orientações de trabalho aos funcionários a tempo inteiro, parcial e por conta própria, bem como regulamentar as responsabilidades das plataformas de encomenda de comida sobre as garantias profissionais dos entregadores, com vista a reforçar a segurança rodoviária e ocupacional destes, bem como a segurança das comidas encomendadas, evitando a repetição de casos semelhantes.

Nos últimos anos, face à epidemia, tem havido cada vez mais pessoas, sobretudo jovens, a ingressar na profissão de entrega de comida, caracterizada por



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

“trabalha mais, ganha mais”. Embora o salário não seja baixo, trata-se de um trabalho bastante duro, pois os entregadores de comida têm de trabalhar ao ar livre, ficando expostos ao sol e à chuva, e correm o risco de serem multados durante a entrega de refeições, por falta de lugares de estacionamento. Mais, para ganharem mais ou sob a pressão de fazerem queixa deles devido a atraso na entrega, os entregadores, muitas vezes, andam em alta velocidade nas estradas e ultrapassam outros veículos a bel-prazer, mas estas manobras perigosas podem envolver alguns riscos.

Em Macau, são muitas as pessoas que trabalham na profissão de entrega de comida, e algumas trabalham a tempo inteiro ou parcial, e outras por conta própria. O Governo não definiu regras nem garantias para os trabalhadores desta profissão, o que acarreta alguns riscos potenciais para a segurança ocupacional dos mesmos. No caso daqueles que trabalham por conta própria, como nem sempre é comprado um seguro de acidentes de trabalho a seu favor, não têm nenhuma garantia caso ocorra algum acidente. Em resposta a uma interpelação escrita minha, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais afirma que os direitos e interesses dos trabalhadores de entrega de comida são assegurados de acordo com o “princípio da liberdade contratual”, e que os mesmos e as plataformas de encomenda de comida “podem decidir sobre a forma de colaboração consoante as suas vontades”. Se a relação estabelecida entre a plataforma de entrega de comida e o entregador for de “prestação de serviços”, o mesmo será considerado como trabalhador por conta própria, não estando assim sujeito à regulamentação da legislação da área do trabalho, mas, sim, às condições negociadas entre ambas as partes durante o estabelecimento da relação e ao estipulado no Código Civil. Em suma, tanto na



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

relação de contratação, como na relação de prestação de serviços, há falta de um conjunto de garantias aperfeiçoadas para a segurança ocupacional.

Tomando como referência as políticas do Interior da China, constata-se que, a fim de proteger os direitos e interesses profissionais dos trabalhadores de entrega de comida, foram emitidas as “opiniões orientadoras sobre a concretização das responsabilidades das plataformas de restauração *online* para garantir efectivamente os direitos e interesses dos entregadores de comida”, as quais aperfeiçoaram o mecanismo de distribuição de encomendas das plataformas e as garantias laborais dos entregadores, reduzindo a sua carga de trabalho e garantindo os seus rendimentos e direitos, e interesses laborais. Quanto à segurança rodoviária e alimentar, as opiniões exigem também o reforço da respectiva educação e formação, com vista a assegurar que os alimentos não sejam contaminados durante o processo de entrega, orientando os entregadores para cumprirem com rigor a legislação rodoviária.

Com vista a reforçar a segurança rodoviária e as garantias profissionais dos trabalhadores de entrega de comida, interpelo sobre o seguinte:

1. Com a popularização das plataformas de encomenda de comida, a segurança rodoviária e as garantias profissionais dos entregadores tornaram-se alvo de atenção da sociedade. Assim, as autoridades devem estudar activamente a criação de um “regime de registo dos trabalhadores de entrega de comida”, para gerir, de forma uniformizada, os trabalhadores que trabalham a tempo parcial, inteiro e por conta própria, bem como disponibilizar-lhes formação profissional, para reforçar o seu conhecimento



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sobre a segurança rodoviária e alimentar, no sentido de regulamentar a gestão deste ramo de actividade, reforçando a segurança rodoviária e ocupacional destes trabalhadores e melhorando a sua qualidade de serviços. Vão fazê-lo?

2. Neste momento, os direitos e interesses dos trabalhadores de entrega de comida são assegurados de acordo com o princípio da liberdade contratual, e os entregadores e as plataformas de encomenda de comida podem decidir sobre a forma de colaboração, consoante as suas vontades. Neste sentido, as plataformas nem sempre compram um seguro de acidentes de trabalho a favor dos entregadores, que não têm nenhuma garantia em caso de acidentes. As autoridades devem então regulamentar as responsabilidades das plataformas sobre as garantias profissionais dos entregadores, por forma a reforçar a segurança ocupacional dos mesmos. Vão fazê-lo?

29 de Abril de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun lok